



FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

## CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA

A **Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil**, articulação nacional que reúne um conjunto de organizações da sociedade civil com a missão de contribuir para a construção de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios sociais, ambientais e econômicos do século 21, esteve reunida em plenária nacional em novembro de 2018 para discutir as implicações da conjuntura nacional no setor energético brasileiro.

Em nível mais amplo, constatamos que o cenário nacional pós-eleições 2018 tende a aumentar os privilégios para poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, a exemplo do setor financeiro, e trazer graves consequências sociais. Por isso, **observamos com preocupação e questionamos publicamente** determinadas promessas de campanha, declarações e iniciativas do novo Presidente da República, que carregam consigo elevados riscos para a população brasileira, como por exemplo:

- A retomada da **privatização indiscriminada de empresas estatais** como suposta solução para o saneamento das contas públicas, quando na realidade o principal vilão do orçamento federal é a **manutenção do pagamento de uma dívida pública imoral** que literalmente suga os recursos da sociedade para o setor financeiro, comprometendo anualmente mais de 40% do orçamento da União.
- A intenção de promover a **extinção ou fusão**, de modo indiscriminado, **de ministérios e outros órgãos públicos voltados para garantir a qualidade do meio ambiente e dos direitos do povo brasileiro**, consagrados na Constituição Federal de 1988, sob um falso argumento de “enxugamento” da máquina estatal e desburocratização de processos, ignorando conflitos de interesse e consequências sociais, econômicas e ambientais de tais medidas.
- A **retomada da Reforma da Previdência** de modo a privilegiar a iniciativa privada e penalizar a população mais pobre, aumentando o lucro de planos de previdência privada e condenando ao descaso e à morte, até por suicídio, os nossos idosos, como hoje já ocorre no Chile, primeiro país a privatizar sua previdência.
- A **criminalização dos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais** e caracterização de críticas ao governo ou às autoridades como atos de terrorismo. Em uma democracia é necessário que se garanta o direito de manifestação de todos, inclusive em oposição a decisões do governo em questão, sob pena da sociedade ser mergulhada no autoritarismo.
- Ameaças de **abandono de organizações multilaterais** (como a ONU) e **tratados internacionais** de proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos, a exemplo do Acordo de Paris sobre o combate às mudanças climáticas.

Já no setor energético, especificamente, ações tomadas pelo governo atual e declarações já feitas pelo novo governo nos obrigam a **questionarmos**:

FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

SGAN 905, Conjunto B, Sala 03 - CEP 70790-050 - Brasília (DF)

Tel.: (98) 98125-0045 / (61) 3447-8722 / (61) 98202-2564.

E-mail: [c.energiaparavida@gmail.com](mailto:c.energiaparavida@gmail.com)

Site: [www.energiaparavida.org](http://www.energiaparavida.org) - Facebook: [www.facebook.com/energiaparavida](https://www.facebook.com/energiaparavida)



## FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

- A irresponsável **flexibilização do processo de licenciamento ambiental**, conforme proposta da bancada ruralista e sem amplo debate com a sociedade, com o mero intuito de acelerar e aprofundar a exploração de recursos naturais, desconsiderando graves consequências não apenas no campo ambiental, mas também social e econômico.
- A **retomada da construção da usina nuclear de Angra 3**, sob o pretexto de segurança energética, mas que contém em si um viés militar. Acreditamos que a baixa participação da fonte nuclear na matriz elétrica nacional (hoje cerca de 1,2% da capacidade instalada) pode ser facilmente substituída por outras fontes. Portanto, não vale a pena correremos o risco que tal fonte representa para a sociedade, em especial da região onde as usinas existentes estão instaladas ou onde é feita a exploração do urânio.
- A **retomada de construção de grandes hidrelétricas e outros grandes empreendimentos, especialmente na Amazônia**, desconsiderando lições de casos como Belo Monte, em termos de impactos sociais e ambientais, desperdício de dinheiro público e esquemas de corrupção, assim como a existência de caminhos alternativos para o desenvolvimento sustentável.
- A **privatização da Petrobras e da Eletrobras**, empresas estatais de excelência e de importância estratégica. A falácia da ineficiência ou o necessário combate à corrupção não devem ser utilizados para que se entregue o setor de energia brasileiro para a iniciativa privada ou, o que seria pior, para outro estado nacional. Isso seria abrir mão de nossa soberania energética, além de penalizar a população mais pobre e a classe média com mais aumentos de tarifas, como se verifica em outros processos de privatização indiscriminada no Brasil e em outros países.
- Qualquer **retrocesso na Resolução Normativa nº 482 da ANEEL**, que é a regulamentação que hoje permite aos cidadãos gerarem a sua própria energia elétrica, em especial através da fonte solar fotovoltaica, que além de ter o menor impacto ambiental gera vários empregos e movimentação a economia local. É fundamental que se mantenha e se amplie a democratização da geração de energia no país. Por isso, **condenamos o ataque que o Sistema de Compensação de Energia Elétrica vem sofrendo por parte das concessionárias de distribuição de energia do país.**

Por fim, reafirmamos que a **política energética** a ser adotada pelo novo governo federal deve ensejar princípios de **participação popular**; de **justiça socioambiental com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural**; de **eficiência energética**; de **diversificação da matriz energética**, priorizando a geração descentralizada com fontes renováveis de menor impacto, como a **solar fotovoltaica**; e de **autonomia energética das pessoas e comunidades**. É por tais princípios que continuaremos a lutar por uma nova política energética no Brasil!

Brasília (DF), novembro de 2018.

FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

SGAN 905, Conjunto B, Sala 03 - CEP 70790-050 - Brasília (DF)

Tel.: (98) 98125-0045 / (61) 3447-8722 / (61) 98202-2564.

E-mail: [c.energiaparavida@gmail.com](mailto:c.energiaparavida@gmail.com)

Site: [www.energiaparavida.org](http://www.energiaparavida.org) - Facebook: [www.facebook.com/energiaparavida](https://www.facebook.com/energiaparavida)